



**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO CEARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

INSPEÇÃO REALIZADA NA COMARCA DE MARANGUAPE- CE

RELATÓRIO

Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Conselho Superior da Magistratura:

Dirijo-me a Vossa Excelência com o propósito de apresentar o RELATÓRIO, mapas e demais papéis alusivos à INSPEÇÃO efetivada na **Comarca de Maranguape - CE**, no dia 15 de julho de 2014, pelos Juízes Corregedores Auxiliares Joaquim Vieira Cavalcante Neto, João Everardo Matos Biermann e Marcelo Roseno de Oliveira, sob a supervisão do signatário, nos termos da Portaria nº 74/2014 de 14 de julho de 2014.

ESPECIFICAÇÕES GERAIS DA COMARCA INSPECIONADA

Trata-se de Comarca de Entrância Intermediária, composta por três Varas, sediada no Fórum Judiciário local. De acordo com os dados coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, com base no censo de 2010, a Unidade em destaque totaliza 113.561 habitantes.

No que se refere à estrutura física da Comarca, verificou-se não existir instalações adequadas para comportar três varas, necessitando urgentemente de ampliação, uma vez que a 3ª Vara funciona em uma pequena sala improvisada, tomando parte do espaço reservado ao salão do Júri. Constatou-se total falta de condições do local para abrigar funcionários e o acervo processual da Unidade, além de não existir espaço físico para acomodação da Juíza Titular, que para o exercício de suas funções se utiliza do gabinete do cartório eleitoral.

1ª VARA DA COMARCA DE MARANGUAPE

Juíza de Direito Titular: Marília Lima Leitão Fontoura, em efetivo exercício desde 28 de maio de 2012.

Produtividade da Juíza Titular, referente ao período de julho/2012 a junho/2014, incluindo respondências: 1.134 sentenças, 802 audiências, 385 decisões interlocutórias, 272 acordos e 8.222 despachos (ANEXO IV).

Representante do Ministério Público: Isabel Cristina Mesquita Guerra, desde 14 de janeiro de 2013.

Defensor(a) Público(a): Sulamita Alves Teixeira.

METODOLOGIA UTILIZADA NA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

Na Secretaria da 1ª Vara, o exame inspeccional foi formalmente instalado às 8 horas do dia 15 de julho de 2014, por intermédio do Juiz Corregedor Auxiliar **Marcelo Roseno de Oliveira**, restando formalmente concluído às 19 horas do mesmo dia, sem o comprometimento do serviço ofertado à população.

Em seguida, foi iniciada a análise das ações em curso no Juízo, priorizando os processos referentes a réus presos, mandados de segurança, ações civis públicas, ações de improbidade administrativa, causas submetidas à prioridade de tramitação em face do Estatuto do Idoso, feitos preparados para julgamento pelo Tribunal do Júri, execuções penais, ações em que figuram como parte(s) ou interessado(s) crianças e adolescentes, além das cartas precatórias. Por amostragem, foram analisadas as ações abrangidas pelas Metas 2 de 2009 e 2 de 2010.

SECRETARIA DA 1ª VARA

A Secretaria da 1ª Vara da Comarca de Maranguape conta com 4 servidores efetivos, dentre os quais 1 está atualmente investido nas funções de Diretor de Secretaria e 1 é ocupante do cargo de Analista Judiciário. Há, ainda, a atuação de 5 servidores cedidos pela Prefeitura Municipal de Maranguape e 1 estagiário recrutado pelo TJCE. O expediente da Secretaria, para atendimento ao público, ocorre entre 8 e 18 horas. Segundo os dados constantes do Sistema de Gerenciamento Estatístico da Corregedoria – SGEC, relativos a junho de 2014, a força de trabalho informada pela Vara totalizava 9 pessoas:

14.Total de Servidores Efetivos do TJ CE lotados na Unidade, incluir Diretor se efetivo (Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico,informar em cada planilha o total de servidor lotado). Descrição:SERVIDORES EFETIVOS (DADOS DA SERVENTIA)	4
15. Diretor de Secretaria (Cargo comissionado) da Unidade (Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico,informar em cada planilha o total. Informar somente quando não for servidor efetivo). Descrição: DIRETOR DE SECRETARIA(DADOS DA SERVENTIA)	0
16.Total de Terceirizados lotados na Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado). Descrição: SERVIDORES TERCEIRIZADOS (DADOS DA SERVENTIA)	0
17.Total de Servidores cedidos de outro órgão lotados na Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico,informar em cada planilha o total de servidor lotado). Descrição: SERVIDORES CEDIDOS (DADOS DA SERVENTIA)	4
18.Total de estagiários lotados na Unidade (Secretaria competente p/enviar mais de mapa estatístico,informar em cada planilha o total de servidor lotado). Descrição: ESTAGIÁRIOS (DADOS DA SERVENTIA)	1
VII – TOTAL DE SERVIDORES EFETIVAMENTE LOTADOS NA UNIDADE (ITEM 14 + ITEM 15 + ITEM 16+ ITEM 17 + ITEM 18)	9

EXAME DO ACERVO PROCESSUAL

Na Secretaria da 1ª Vara verificou-se, de modo geral, regular andamento dos feitos, havendo preocupação do Juízo quanto a impulsionar, em prazo razoável, as causas sob sua condução.

O relatório gerencial emitido pelo SPROC apontou, na data da inspeção, acervo total de 1.839 processos, sendo 1.219 cíveis e 620 criminais. Indicou, ainda, que havia 162 feitos na fase “concluso ao juiz”. Detectou-se, também, no relatório gerencial, a existência de 863 processos sem movimentação há mais de 100 dias e 369 paralisados há mais de 365 dias. Dentre os feitos paralisados há mais de 1.095 dias, que totalizavam 232, foram vistados 8 processos que registravam conclusão, constatando-se, porém, que se tratava de execuções fiscais com despachos de arquivamento provisório proferidos há vários anos, sem a adequada atualização no sistema.

As informações do SGEN apontavam, em junho de 2014, um acervo total de 1.932 feitos, não se registrando grande divergência entre o números constantes das duas bases de dados.

As causas envolvendo **réus presos** observam tramitação prioritária, não se verificando *prima facie* excesso injustificado de prazo na formação da culpa por motivos imputáveis ao Juízo. Como alguns dos presos provisórios estão custodiados em estabelecimentos localizados em outras Comarcas, observou-se que dificuldades de localização e/ou condução importaram em adiamentos de atos instrutórios. Além disso, sublinhou-se demora excessiva para a realização de exames periciais em casos de incidentes de insanidade mental. As custódias passaram por revisão na ocasião do Mutirão Carcerário de 2013.

Em que pese identificados com tarja específica, verificou-se que os processos submetidos ao **Estatuto do Idoso** não têm logrado observar a tramitação prioritária, tendo havido recomendações nos autos específicos.

As ações de **mandado de segurança, improbidade administrativa e civil pública** foram examinadas, ensejando despachos correccionais específicos, destacando-se a existência de causa abrangida pela Meta 4 de 2014 – CNJ.

Percebeu-se que a Unidade tem logrado realizar diversos julgamentos afetos ao **Tribunal do Júri**, sendo ofertada planilha da qual integrava 13 feitos preparados para as respectivas sessões, designadas até outubro de 2014.

Ainda quanto aos processos de competência do Júri, destacou-se o fato de que o Fórum não dispõe de instalações adequadas para a realização das sessões, uma vez que parte do salão destinado a tal fim abriga atualmente a 3ª Vara.

As **execuções penais** de condenados em regime fechado foram examinadas, revelando-se que estão instruídas com certidão de liquidação da pena, tendo havido revisão das situações por ocasião do Mutirão Carcerário de 2013.

Destacou-se, ainda, a situação dos Processos n^{os} 13099-75.2013 e 13100-60.2013, ações repetitivas movidas contra instituições financeiras, envolvendo pedidos de revisão de empréstimos consignados e/ou supressão de negativação em cadastros específicos, mediante petições padronizadas, assinadas pela Advogada Renata Andrade Silva (OAB/BA n^o 32.294). Chamou a atenção o fato de que os autores, servidores públicos, são indicados como residentes na zona rural de Maranguape, sem a respectiva comprovação. Ademais, foi possível constatar incoincidência nos padrões de assinatura da referida advogada, alçando dúvidas sobre a autenticidade das peças.

As suspeitas mencionadas ganharam força em razão de se haver detectado que as referidas ações guardavam semelhanças com outras também em tramitação em Juízos distintos da região metropolitana, patrocinadas pela mesma Advogada. Nestas, também se observou manifesta incoincidência dos padrões de assinatura, sendo certo que já se acha sob apuração no âmbito da

Corregedoria-Geral da Justiça a existência de expedientes falsos, utilizando-se o nome da 1ª Vara de Maranguape, supostamente exarados em causas patrocinadas pela referida advogada, o que ensejou a adoção de medidas preventivas por parte do mencionado Juízo, não se olvidando que diversas apurações realizadas pelo Conselho Nacional de Justiça e pela CGJ/CE têm indicado a existência de diferentes irregularidades em demandas judiciais envolvendo empréstimos consignados. A consulta ao CNA revelou a existência de inscrição da Advogada Renata Andrade da Silva, registrada na OAB/BA sob o nº 32.294.

Identificou-se, ainda, na mesma situação, o Processo nº 11880-27.2013, patrocinado pelo Advogado Francisco Loureiro Nascimento (OAB/CE nº 13.622).

Diante de tais fatos, e tendo sido constatado que houve deferimento de liminares em tais demandas inspecionadas, recomendou-se ao Juízo que examine a conveniência da revogação das medidas, bem assim que adote a máxima cautela quanto à análise de tais causas, inclusive a adoção de medidas que possibilitem atestar a efetiva veracidade das pretensões deduzidas.

Ainda quanto ao exame do acervo, recomendou-se ao Juízo a revisão de rotina identificada durante a inspeção, consubstanciada na abertura de vista dos autos ao Ministério Público e Defensoria Pública, mediante disponibilização de autos com vista, sem a efetiva intimação. Num dos casos examinados, Processo-crime nº 11610-03.2013, os autos foram com vista à Defensoria em 19 de dezembro de 2013, todavia a manifestação da defesa, em sede de alegações finais, somente foi ofertada em 30 de junho de 2014, não obstante se tratasse de réu preso.

Os dados do SGEN relativos a junho de 2014 indicam a inexistência de processos conclusos para julgamento com prazos excedidos e apenas 62 para atos diversos, entretanto a inspeção revelou que tais números não guardam estreita correção, recomendando-se à Secretaria que atualize os dados no próximo mapa estatístico a ser enviado à CGJ.

As cartas precatórias submetidas à inspeção observavam regular tramitação, não se localizando atraso no cumprimento, à exceção das de nºs 10975-85.2014 e 11340-42.2014, nas quais se verificou demora no cumprimento de atos por parte dos Oficiais de Justiça lotados na COMAM. Em razão disso, foi requerida ao servidor responsável pela referida Central uma planilha indicativa de mandados com atraso no cumprimento, constando que há mandados que aguardam cumprimento desde janeiro de 2013, fato que deve ser imediatamente levado ao conhecimento da Diretoria do Foro, para as providências cabíveis (ANEXO VIII).

Deduziu-se que a Unidade tem mantido atividade regular na produção de sentenças e realização de audiências. Nos primeiros seis meses do ano de 2014, segundo dados do SGEN, foram proferidas 246 sentenças e realizadas 168 audiências, perfazendo uma média mensal de 41 sentenças e 28 audiências. Na data da inspeção, havia audiências designadas até o dia 16 de dezembro de 2014, sendo esta a data mais distante.

MATÉRIAS DIVERSAS

Banco Nacional de Mandados de Prisão: houve indicação de que os mandados estão cadastrados no BNMP.

Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso
Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso
Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso

Conselho da Comunidade: está instalado e em funcionamento.

Malote Digital: é utilizado pela Secretaria.

Com referência às **Metas Nacionais do Judiciário**, cumpre pontuar o seguinte:

- a) a Unidade encontra-se interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores (META 3 de 2009);
- b) a Juíza Titular está cadastrada nos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD (META 8 de 2009);
- c) a Magistrada em atuação no Módulo não concluiu o curso de capacitação em Administração Judiciária (META 8 de 2010);
- d) já se encontra implantado na Unidade o sistema de registro audiovisual de audiências (META 2 de 2011);
- e) a Unidade ainda conta com razoável acervo de feitos abrangidos pelas Metas 2 de 2009 e de 2010, constando do FICOVI a indicação de 52 incluídos na primeira e 21 na segunda;
- f) a Meta 1 de 2013 não foi atingida, uma vez que os feitos julgados (479) não superam os processos distribuídos (517):

SEC. DA 1ª VARA DA COMARCA DE MARANGUAPE								
				JULGADOS				
Ano	Distribuídos	Arquivados	Arquivados %	Titular	Respondendo	Auxiliando	Total	Julgados %
2013	517	767	148,36	475	4	0	479	92,65
	517	767	148,36	475	4	0	479	92,65

- g) quando considerados os seis primeiros meses de 2014, de acordo com dados extraídos do SGEN, constata-se que a Meta 1 de 2014 também não está sendo atingida, dado que os feitos distribuídos (312) superam os sentenciados (246):

SEC. DA 1ª VARA DA COMARCA DE MARANGUAPE								
				JULGADOS				
Ano	Distribuídos	Arquivados	Arquivados %	Titular	Respondendo	Auxiliando	Total	Julgados %
2014	312	346	110,9	246	0	0	246	78,85
	312	346	110,9	246	0	0	246	78,85

LIVROS VISTOS EM INSPEÇÃO NA SECRETARIA DA 1ª VARA

Quanto aos livros, foram vistoriados os obrigatórios previstos no art. 391, do Código de Organização Judiciária do Estado do Ceará, dentre os quais os de Audiências e Sentenças, Livros de Carga e Livro de Entrega de Mandados à COMAN, o qual registrava prazos de devolução excedidos, devendo o Diretor de Secretaria certificar o fato e submetê-lo ao conhecimento da MM. Juíza.

2ª VARA DA COMARCA DE MARANGUAPE

Juíza de Direito Titular: Gesília Pacheco Cavalcanti, em efetivo exercício desde 11 de dezembro de 2009.

Registre-se que, por ocasião da inspeção, encontrava-se respondendo pelo Módulo, em virtude de férias da Titular, a Juíza de Direito Titular da 3ª Vara da Comarca de Maranguape, Maria do Socorro Montezuma Bulcão.

Produtividade da Juíza Titular, referente ao período de maio/2012 a maio/2014: 1.708 sentenças, 552 audiências, 1.220 decisões interlocutórias, 405 acordos e 10.913 despachos (ANEXO IV).

Representante do Ministério Público: Candice Lucena Dutra de Almeida, em efetivo exercício desde 23 de junho de 2014.

Defensora Pública: Andrea Serafim Benevides Gama, em atuação no Módulo Judicial desde 6 de maio de 2013.

METODOLOGIA UTILIZADA NA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

Na 2ª Vara, o exame inspeccional foi formalmente instalado às 9 horas do dia 15 de julho de 2014, por intermédio do Juiz Corregedor Auxiliar João Everardo Matos Biermann, restando formalmente concluído às 19 horas e 20 minutos do mesmo dia, sem o comprometimento do serviço ofertado à população.

Iniciou-se o exame das demandas em curso no Juízo, priorizando-se a análise em relação àquelas referentes a réus presos, mandados de segurança, ações civis públicas, improbidade administrativa, TCO's, cartas precatórias, presos foragidos. Por amostragem, foram analisados os processos submetidos às Metas 2 de 2009 e de 2010 (CNJ), além daqueles que, por expressa previsão legal, exigem tramitação prioritária, inclusive, os submetidos ao Estatuto do Idoso.

SECRETARIA DA 2ª VARA

A Secretaria da 2ª Vara da Comarca de Maranguape dispõe de 4 servidores efetivos do Tribunal do Justiça, um deles acumulando o cargo comissionado de Diretor de Secretaria. Há, ainda, 6 funcionários cedidos pela Prefeitura local e 3 estagiários em atuação na Secretaria do Juízo. Segundo os dados constantes do Sistema de Gerenciamento Estatístico da Corregedoria – SGEC, relativos a junho de 2014, a força de trabalho informada pela Vara totalizava 12 pessoas:

14.Total de Servidores Efetivos do TJ CE lotados na Unidade, incluir Diretor se efetivo (Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado). Descrição: SERVIDORES EFETIVOS (DADOS DA SERVENTIA)	4
15. Diretor de Secretaria (Cargo comissionado) da Unidade (Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total. Informar somente quando não for servidor efetivo). Descrição: DIRETOR DE SECRETARIA (DADOS DA SERVENTIA)	0
16. Total de Terceirizados lotados na Unidade (Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado). Descrição: SERVIDORES TERCEIRIZADOS (DADOS DA SERVENTIA)	0
17. Total de Servidores cedidos de outro órgão lotados na Unidade (Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado). Descrição: SERVIDORES	5

CEDIDOS (DADOS DA SERVENTIA)	
18.Total de estagiários lotados na Unidade (Secretaria competente p/enviar mais de mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado). Descrição: ESTAGIÁRIOS (DADOS DA SERVENTIA)	3
VII – TOTAL DE SERVIDORES EFETIVAMENTE LOTADOS NA UNIDADE (ITEM 14 + ITEM 15 + ITEM 16+ ITEM 17 + ITEM 18)	12

Não obstante tenha sido consignado no Termo de Inspeção que a Vara conta com 7 servidores efetivos, cabe registrar que o número de funcionários do quadro do Tribunal de Justiça lotados na Vara é de 4, conforme consta do FICOVI e do Ofício nº 116/2014 da lavra da Juíza Titular da Unidade (ANEXO VIII).

EXAME DO ACERVO PROCESSUAL

Na data da inspeção, tomando-se por base a certidão lavrada pela Diretora de Secretaria, baseada na estatística mensal referente a junho/2014, a Vara contava com o acervo de 3.658 processos, entre cíveis, criminais, inquéritos policiais, TCO's e cartas precatórias. Pontua-se que, do total de feitos em tramitação, 2.101 estão sem movimentação há mais de 30 dias e, deste número, 1.348 demandas estão paralisadas há mais de 100 dias, sendo 555 há mais de 365.

Dos feitos em tramitação, 207 demandas encontram-se conclusas para despacho e 41 para julgamento, todas com prazo excedido, a exemplo de: 11236-21.2012.8.06.0119 desde (13.3.2013), 11737-72.2012.8.06.0119 (1.4.2013), 10001-53.2011.8.06.0119 (23.4.2012) e 10970-68.2011.8.06.0119 (27.11.2012).

Dos processos de **presos provisórios**, constatou-se que diversos deles estão aguardando cumprimento e devolução de carta precatória, seja com a finalidade de citação do(s) réu(s), seja para oitiva de testemunhas arroladas. Dentre eles, destacam-se: 13450-48.2013.8.06.0119 (réu preso desde 4.10.2013), 12459-72.2013.8.06.0119 (15.7.2013), 1264-62.2012.8.06.0119 (18.4.2013), 14105-20.2013.8.06.0119 (13.12.2013), 13763-09.2013.8.06.0119 (o acusado Francisco Wellington Neves está presos desde 17.10.2013) e 13198-45.2013.8.06.0119 (17.9.2013). Recomendou-se à Magistrada que avaliasse a possibilidade de acelerar o julgamento dos feitos dessa natureza, sem prejuízo da apreciação do excesso de prazo na formação da culpa *ex officio*.

Por meio do Ofício nº 116/2014 (ANEXO VIII), a Juíza de Direito Maria Socorro Montezuma Bulcão, respondendo pela 2ª Vara da Comarca de Maranguape, informou que está sendo feita a análise dos processos acima indicados, bem como das ações em cujos autos foi orientada a análise *ex officio* da ocorrência de excesso de prazo, dos quais já foram analisados 7 processos, sendo decretado relaxamento prisional no de nº 12643-62.2012, com alvará de soltura expedido em 24.7.2014.

Despachadas as **ações civis públicas, por improbidade administrativa** e as demandas referentes ao **Estatuto do Idoso**, observou-se trâmite regular nesses feitos.

Dos 97 processos com carga/vista, 77 deles estão com a Defensoria Pública e 20 com advogados, existindo, no total, 30 com carga extrapolada, tendo a Vara informado que foi providenciada intimação para devolução dos 6 processos com carga para advogados e que estão com prazo excedido. Ademais, recomenda-se que se evite a abertura de vista mediante mera disponibilização dos autos em local específico. A Secretaria deverá providenciar a intimação pessoal dos representantes da Defensoria e do Ministério Públicos.

Dos mandados de segurança existentes, o de nº 19852-56.2009.8.06.0119 está paralisado desde 2.4.2014, e o de nº 13876-60.2013.8.06.0119, desde 27.2.2014.

Toante às cartas precatórias, em número de 29, todas com trâmite regular, não se detectou atraso no cumprimento. Desse número, 4 estão aguardando o cumprimento de expedientes por parte da Secretaria, quais sejam: 11936-26.2014.8.06.0119, 11906-88.2014.8.06.0119, 11903-36.2014.8.06.0119 e 11917-20.2014.8.06.0119.

Em relação aos 6 processos administrativos em tramitação, de competência da Diretora do Foro, destaca-se: i) a Representação nº 422-06.2010.8.06.0026 está paralisada há 3 anos, devendo a Corregedoria ser comunicada sobre a atual situação da demanda; ii) no Processo Administrativo nº 8500010-49.2014.8.06.0119, referente à servidora efetiva Maria Gorete Nunes Lima, foi recomendado que o feito fosse submetido à Diretora do Foro, requerendo-se a prorrogação do prazo inicialmente concedido para investigação dos fatos; a certificação da publicação da Portaria de disposição da funcionária e a reiteração da comunicação à Presidência do e. TJCE, noticiando a instauração de PAD em data anterior a esse ato de disposição, para que se examine a viabilidade de manutenção dos seus efeitos, considerando o disposto no art. 183, inciso V, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará, impulsionando, de imediato, a demanda; iii) as Sindicâncias nºs 001/06 e 8500013-04.2014.8.06.0119 estão conclusas desde 21.11.2011 e 2.4.2014, respectivamente, sendo recomendado o impulso dessas ações.

Por meio do Ofício nº 116/2014 (ANEXO VIII), a Juíza de Direito Maria Socorro Montezuma Bulcão, respondendo pela 2ª Vara da Comarca de Maranguape, informou quanto à Representação nº 422-06.2010.8.06.0026 e à Sindicância nº 001/06 que somente foram entregues àquele Juízo em 3.7.2014, data em que a Juíza Titular se encontrava em gozo de férias, posto que a Diretoria do Fórum fora exercida anteriormente pelos Juízos da 3ª e 1ª Varas, nos períodos de 2012 e 2013, respectivamente. Com relação ao Processo Administrativo nº 8500010-49.2014.8.06.0119, noticiou que este será objeto de relatório específico.

Nas ações declaratórias de nulidade e inexistência de débito, registradas sob os nºs 13980-52.2013.8.06.0119, 14024-71.2013.8.06.0119, 1382-22.2013.8.06.0119, 11107-45.2014.8.06.0119, 13794-29.2013.8.06.0119, 13502-44.2013.8.06.0119, 13228-80.2013.8.06.0119, 14193-58.2013.8.06.0119, 13799-51.2013.8.06.0119, 13734-56.2013.8.06.0119, 14179-74.2013.8.06.0119, 14174-52.2013.8.06.0119, 14028-11.2013.8.06.0119, 14022-04.2013.8.06.0119, 14031-63.2013.8.06.0119 e 13098.90.2013.8.06.0119, foi constatada divergência nas assinaturas da advogada Renata Andrade Silva, que patrocina as demandas, bem como, nos números de OAB utilizados pela causídica, se comparados esses processos entre si, sendo os autos objeto de saneamento pela Judicante que preside o feito. No processo nº 13504-14.2013.8.06.0119, a Magistrada indeferiu a petição, extinguindo a demanda. Nos fólios supra mencionados, recomendou-se o cumprimento dos expedientes ordenados pela Juíza, com urgência, comunicando à Corregedoria-Geral de Justiça o desfecho do que restou apurado. Toante a esse ponto, a Juíza de Direito Maria Socorro Montezuma Bulcão, respondendo pela 2ª Vara da Comarca de Maranguape, por meio do Ofício nº 116/2014 (ANEXO VIII), informou que foram realizados todos os expedientes de cumprimento da decisão exarada nos autos da ação nº 14024-71.2013.8.06.0119.

Constatou-se que a Unidade tem mantido atividade regular na produção de sentenças e realização de audiências. Nos primeiros seis meses do ano de 2014, segundo dados do SGEN, foram proferidas 370 sentenças e realizadas 142 audiências, o que perfaz uma média mensal de 74 sentenças e 28,4 audiências, considerando que foram efetivamente trabalhados 5 meses, em razão de férias usufruídas pela Magistrada no mês de abril do corrente ano. Há 288 processos com audiências designadas até o dia 12 de março de 2015. Além disso, há 31 ações pendentes de agendamento de audições.

MATÉRIAS DIVERSAS

Banco Nacional de Mandados de Prisão: a Secretaria informou que todos os mandados de prisão são cadastrados no BNMP.

Armas de fogo e drogas apreendidas: a Unidade foi orientada sobre as normas que regem a matéria, no sentido da remessa do armamento ao Comando Militar.

Malote digital: é utilizado pela Secretaria.

Projeto Pai Presente: a Unidade foi informada sobre as determinações emanadas do CNJ e da Corregedoria-Geral da Justiça, comunicando que todas as providências estão sendo implementadas.

Com referência às **Metas Nacionais do Judiciário**, cumpre pontuar o seguinte:

- a) a Fração está interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores (META 3 de 2009);
- b) a Juíza Titular está cadastrada nos sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD (META 8 de 2009);
- c) o Juiz em atividade concluiu a capacitação em Administração Judiciária (META 8 de 2010);
- d) já se encontra implantado na Unidade o sistema de registro audiovisual de audiências (META 2 de 2011);
- e) em relação aos feitos submetidos às Mesta 2 de 2009 e 2010, do Conselho Nacional de Justiça, há 65 processos submetidos à primeira e 15 inerentes à segunda. Toante às demandas referentes à Meta 2 de 2009, a Secretaria informou que, dos 65 feitos, 6 estão arquivados provisoriamente e 15 não foram localizados, o que é objeto de restauração. Recomendou-se a movimentação dessas ações, para que alcance sua fase final, cumprindo as Metas estabelecidas pelo CNJ.
- f) a Unidade cumpriu a Meta 1 de 2013, no sentido de julgar processos em número maior que o de feitos distribuídos. Houve informação de 811 feitos novos entrados e 829 sentenciados durante o período:

SEC. DA 2ª VARA DA COMARCA DE MARANGUAPE								
				JULGADOS				
Ano	Distribuídos	Arquivados	Arquivados %	Titular	Respondendo	Auxiliando	Total	Julgados %
2013	811	1110	136,87	802	27	0	829	102,22
	811	1110	136,87	802	27	0	829	102,22

- g) quando considerados os seis primeiros meses de 2014, de acordo com dados extraídos do SGEN, constata-se que a Meta 1 de 2014 não está sendo atingida, uma vez que os feitos distribuídos (511) superam os sentenciados (377):

SEC. DA 2ª VARA DA COMARCA DE MARANGUAPE								
				JULGADOS				
Ano	Distribuídos	Arquivados	Arquivados %	Titular	Respondendo	Auxiliando	Total	Julgados %
2014	511	356	69,67	370	7	0	377	73,78
	511	356	69,67	370	7	0	377	73,78

LIVROS VISTOS EM INSPEÇÃO NA SECRETARIA DA 2ª VARA

Foram vistoriados os livros obrigatórios e facultativos previstos no art. 391, do Código de Organização Judiciária do Estado do Ceará, além de outros tantos abertos livremente pela Vara, constatando-se irregularidades, tais como: falta de numeração de folhas, inexistência de rubricas, falta de numeração das sentenças e ausência de carimbo de registro.

3ª VARA DA COMARCA DE MARANGUAPE

Juíza de Direito Titular: Maria do Socorro Montezuma Bulcão, em efetivo exercício desde 4 de junho de 2012.

Produtividade da Juíza Titular, referente ao período de junho/2012 a maio/2014, incluindo respondências: 786 sentenças, 522 audiências, 692 decisões interlocutórias, 215 acordos e 6.097 despachos (ANEXO IV).

Representante do Ministério Público: Marcos Vinícius de Oliveira Nascimento, desde 4 de junho de 2012.

Defensor(a) Público(a): a 3ª Vara da Comarca de Maranguape não conta com Defensor(a) Público(a), consoante Portaria nº 408/2014 de lavra da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará e Ofício nº 48/2014, endereçado à Juíza Titular da Unidade.

Convém enfatizar que mesmo não mais atuando perante a 3ª Vara, os defensores públicos da Comarca procedem ao ajuizamento de feitos que eventualmente são distribuídos para a Unidade, gerando assim assoberbamento de demandas sem movimentação (ANEXO VIII).

METODOLOGIA UTILIZADA NA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

Na Secretaria da 3ª Vara, o exame inspeccional foi formalmente instalado às 8 horas do dia 15 de julho de 2014, por intermédio do Juiz Corregedor Auxiliar **Joaquim Vieira Cavalcante Neto**, restando formalmente concluído às 17 horas do mesmo dia, sem o comprometimento do serviço ofertado à população.

Ao iniciar as atividades, o Juiz Corregedor Auxiliar procedeu ao exame das ações em curso no Juízo, priorizando a análise das ações referentes a réus presos provisórios, ações civis públicas, mandados de segurança, processos prioritários (Estatuto do Idoso), ações conclusas há mais de cem dias, feitos referentes a menores infratores, cartas precatórias, dentre outros.

SECRETARIA DA 3ª VARA

A Secretaria da 3ª Vara conta com 5 servidores do quadro do Tribunal de Justiça: 4 efetivos e 1 cargo comissionado de Diretor de Secretaria; além de 1 funcionária terceirizada cedida pela Prefeitura Municipal de Maranguape e 3 estagiários: 1 do Tribunal de Justiça e 2 da Prefeitura. Segundo os dados constantes do Sistema de Gerenciamento Estatístico da Corregedoria – SGEC, relativos a junho de 2014, a força de trabalho informada pela Vara totalizava 9 pessoas:

14.Total de Servidores Efetivos do TJ CE lotados na Unidade, incluir Diretor se efetivo (Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado). Descrição: SERVIDORES EFETIVOS (DADOS DA SERVENTIA)	4
--	---

15. Diretor de Secretaria (Cargo comissionado) da Unidade (Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total. Informar somente quando não for servidor efetivo). Descrição: DIRETOR DE SECRETARIA(DADOS DA SERVENTIA)	1
16. Total de Terceirizados lotados na Unidade (Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado). Descrição: SERVIDORES TERCEIRIZADOS (DADOS DA SERVENTIA)	2
17. Total de Servidores cedidos de outro órgão lotados na Unidade (Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado). Descrição: SERVIDORES CEDIDOS (DADOS DA SERVENTIA)	1
18.Total de estagiários lotados na Unidade (Secretaria competente p/enviar mais de mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado). Descrição: ESTAGIÁRIOS (DADOS DA SERVENTIA)	1
VII – TOTAL DE SERVIDORES EFETIVAMENTE LOTADOS NA UNIDADE (ITEM 14 + ITEM 15 + ITEM 16+ ITEM 17 + ITEM 18)	9

EXAME DO ACERVO PROCESSUAL

Dos 3.382 processos em tramitação, foram analisados e despachados 238 feitos.

Os trabalhos inspeccionais permitiram a seguinte constatação acerca dos feitos fiscalizados:

Os 2 **mandados de segurança** inspeccionados apresentam regular processamento, inclusive com a concessão de liminar, não havendo atrasos a registrar.

Dentre os **processos conclusos para sentença** há que se destacar grande número de feitos com relevante atraso, a exemplo dos números: 9401-32.2011, 10512-80.2013, 11236-55.2011, 12103-14.2012, 11080-67.2011, 10716-61.2012, 11551-49.2012, 10171-25.2011 e 11686-61.2012, nos quais as últimas movimentações foram, respectivamente, nas seguintes datas: 07.02.2013, 29.11.2013, 29.11.13, 12.09.2013, 26.02.2013, 05.12.2012, 05.12.2012, 26.11.2012 e 25.02.2013.

Os feitos conclusos há mais de 100 dias registram, em sua grande maioria, acentuados atrasos, em vários casos, sem movimentação há mais de 1 ano e, alguns deles aguardando despacho inicial.

A despeito do privilégio de procedimento preferencial para os **processos prioritários (Estatuto do Idoso)**, registrou-se elevada demora em tais feitos, a exemplo dos números 1132-61.2013; 11724-39.2013; 12345-70.2012 e 12272-54.2012, que tiveram últimas movimentações, respectivamente, em 26.11.2013, sem movimentação por um ano após cota ministerial (o de nº 11724-39.2013) e ainda 22.11.2013 e 08.11.2013.

Foram examinadas 3 **ações civis públicas**, a saber: 11645-60.2013, 11646-45.2013 e 11647-30.2013, todas com última movimentação em 06.12.2013.

Inspeccionados diversos processos de **atos infracionais**, verificou-se que todos eles apresentavam regular andamento, sem registros de atrasos.

Fiscalizados 24 processos de **presos provisórios**, além de outros que a eles se acostam e que se referem a pedidos de liberdade e/ou relaxamento de prisão, não se registrou alterações marcantes, mas sim, pequenos atrasos na formação da culpa.

Foram examinadas 29 cartas precatórias, detectando-se atraso apenas na de nº 11607-14.2014, em que não feita a citação, sob o argumento de que o réu estava preso. Determinou-se que o Oficial de Justiça encarregado da diligência fosse orientado a cumprir fielmente as ordens judiciais.

Há que se destacar a existência do processo crime nº 10522-90.2014, aforado contra a servidora do Judiciário, Maria Gorete Nunes Lima, lotada na 3ª Vara, e que tem prosseguimento regular. No que se refere a tal processo, declararam-se suspeitas as Magistradas dessa Comarca e titulares da 3ª, 2ª e 1ª Varas, sendo designado para condução do feito o Juiz David Ribeiro de Souza Belém.

Ressalte-se que contra a servidora mencionada tem curso na Comarca de Maranguape processo administrativo disciplinar, feito este devidamente analisado pelos 3 Juízes Corregedores Auxiliares que procederam à inspeção na Comarca.

Nos primeiros 6 meses do ano de 2014, segundo dados do SGEN, foram proferidas 223 sentenças e realizadas 79 audiências, o que perfaz uma média mensal de 37,16 de sentenças e 13,16 audiências, cabendo, contudo, a ressalva de que a Judicante exerce a titularidade da 4ª Zona Eleitoral de Maranguape desde 7.11.2013, conforme Port. nº 1152/13, publicada no DJ em 28.10.13.

MATÉRIAS DIVERSAS

Banco Nacional de Mandados de Prisão: houve indicação de que os mandados estão sendo cadastrados no BNMP.

Armas de fogo apreendidas: as armas de fogo são periodicamente encaminhadas ao Exército.

Projeto Pai Presente: a Unidade expede intimações pessoais às genitoras dos menores para que compareçam à Vara e declinem os endereços dos supostos pais. Havendo o reconhecimento por parte do pai, é lavrado o respectivo termo.

Malote Digital: é utilizado pela Unidade.

Com referência às **Metas Nacionais do Judiciário**, cumpre pontuar o seguinte:

- a) a Unidade encontra-se interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores (META 3 de 2009);
- b) a Juíza Titular está cadastrada nos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD (META 8 de 2009);
- c) a Magistrada em atuação no Módulo concluiu o curso de capacitação em Administração Judiciária (META 8 de 2010);
- d) já se encontra implantado na Unidade o sistema de registro audiovisual de audiências (META 2 de 2011);
- e) a Meta 1 de 2013 não foi atingida, uma vez que os feitos julgados (448) não superam os processos distribuídos (1.333):

SEC. DA 3ª VARA DA COMARCA DE MARANGUAPE								
				JULGADOS				
Ano	Distribuídos	Arquivados	Arquivados %	Titular	Respondendo	Auxiliando	Total	Julgados %

2013	1333	359	26,93	382	51	15	448	33,61
	1333	359	26,93	382	51	15	448	33,61

Obs.: Cabe aqui registrar que o elevado número de processos distribuídos no ano de 2013, em razão da criação da 3ª Vara (ocorrida em junho de 2012), tornou inviável o cumprimento da referida Meta.

f) quando considerados os seis primeiros meses de 2014, de acordo com dados extraídos do SGEN, constata-se que a Meta 1 de 2014 também não está sendo atingida, posto que os feitos distribuídos (391) superam os sentenciados (231):

SEC. DA 3ª VARA DA COMARCA DE MARANGUAPE								
				JULGADOS				
Ano	Distribuídos	Arquivados	Arquivados %	Titular	Respondendo	Auxiliando	Total	Julgados %
2014	391	289	73,91	223	8	0	231	59,08
	391	289	73,91	223	8	0	231	59,08

LIVROS VISTOS EM INSPEÇÃO NA SECRETARIA DA 3ª VARA

Quanto aos livros, foram vistoriados os seguintes:

LIVROS EXAMINADOS	Aberto	Encerrado	Rubricado	Numerado	Data do Primeiro Termo	Data do último Termo	Escriturado até as fls.
Precatórias	S	N	N	S	10.9.12	30.6.14	71
Recebimento de Mandados	S	S	N	S	2.8.13	10.7.14	14
Entrega de Alvarás	N	N	N	S	6.9.13	17.2.14	2
Carga Ministério Público	S	N	N	S	14.6.12	14.7.14	100
Carga Defensor	S	N	N	S	13.6.12	14.7.14	22
Rol dos Culpados	S	N	N	S	13.11.12	8.7.14	3
Ato Infracional	S	S	S	S	14.6.12	29.4.14	
Audiência Crime	S	N	S	S	1.10.13	18.6.14	
Tombo Cível	N	N	N	N	-	-	
Tombo Crime	S	N	N	N	-	-	
Sentenças (Ato Infracional)	S	N	S	S	15.6.12	24.6.14	
Sentenças Cíveis	S	N	N	N	9.5.14	26.6.14	
Sentenças Crime	S	N	N	N	25.4.14	23.6.14	
Audiência Crime	S	S	N	S	23.10.12	1.10.13	

CADEIA PÚBLICA DE MARANGUAPE

A Cadeia Pública de Maranguape está localizada na Rua Amaro de Moraes, nº 500, tendo sido inaugurada em fevereiro de 1979. As instalações físicas do prédio encontram-se em péssimas condições, inclusive, apresentando visíveis infiltrações.

O ergástulo dispõe de 5 celas, todas para presos do sexo masculino, não havendo espaço destinado a detentas. Há também uma pequena área reservada para o banho de sol dos recolhidos. As visitas aos prisioneiros acontecem às quartas-feiras e aos sábados e a alimentação é fornecida pela SEJUS.

Por ocasião da inspeção, havia 21 presos em regime fechado; 32 no regime semiaberto e 27 no regime aberto, além de 31 presos provisórios.

O estabelecimento penal não oferece aulas de ensino fundamental ou médio.

Há, diariamente, 1 agente penitenciário trabalhando na segurança e assistência aos presos. Nos dias de visitas há mais 2 agentes, sendo 1 feminina. Durante a inspeção estava presente o agente penitenciário Márcio Wyllamy de Andrade Sousa, matrícula nº 472578-1/6.

SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS

A Comarca de Maranguape possui 8 Cartórios, organizados da seguinte forma: 2 Cartórios na sede: 1º Ofício de Registro Civil e 2º Ofício de Notas, e 6 nos distritos: Registro Civil de Pessoas Naturais do Distrito de Amanari, Registro Civil de Pessoas Naturais do Distrito de Tanques, Registro Civil de Pessoas Naturais do Distrito de Jubaia, Registro Civil de Pessoas Naturais do Distrito de Lages, Registro Civil de Pessoas Naturais do Distrito de Itapebussu, Registro Civil de Pessoas Naturais do Distrito de Sapupara. As referidas Serventias Extrajudiciais foram inspecionadas pelos Auditores Márcia A. Viana Paiva e Sóstenes Francisco de Farias, os quais examinaram a regularidade do recolhimento dos valores devidos ao FERMOJU – Fundo de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário; a conformidade e regularidade dos procedimentos adotados na prática dos atos notariais ou registrais; o cumprimento de obrigações principais e acessórias em observância à legislação específica que norteia a matéria, ao Código de Organização Judiciária do Estado do Ceará (CODOJECE) e às normas editadas pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e pela Corregedoria-Geral da Justiça do Ceará. As conclusões das ações encadeadas foram apresentadas através de estudo detalhado, ora anexado ao presente Relatório de Inspeção.

Entre as orientações alinhadas pela Auditoria desta Casa Censora e direcionadas à atuação do(a) Juiz(a) Diretor(a) do Foro, destacam-se as seguintes:

1. Verificar se houve autorização judicial para a não fixação de residência dos Titulares dos Cartórios do 1º Ofício de Registro Civil e do 2º Ofício de Registro de Imóveis na Comarca sede das serventias, nos termos do art. 432, da Lei nº 12.342/94 (CODOJECE);
2. Verificar a falta da publicação da Portaria nº 36/99, de 28 de dezembro de 1999, expedida pela Juíza Sandra Elizabete Jorge Landim, designando FRANCISCO ALDEMIR DA SILVA para responder pelo acervo

do Cartório do Distrito de Tanques, interinamente, e, caso isso não tenha ocorrido, à época, determinar a publicação para regularização da indicação;

3. Verificar a falta de portarias publicadas referentes às designações dos substitutos indicados para os Cartórios do 2º Ofício de Registro de Imóveis e do Distrito de Tanques, determinando a regularização com a publicação, caso isso ainda não tenha ocorrido, em atendimento ao art. 83, alíneas “f” e “j”, da Lei nº 12.342/94 (CODOJECE);

4. Solicitar listas tríplices aos responsáveis pelos Cartórios dos Distritos de Amanari, Tanques, Jubaia, Lages, Itapebussu e Sapupara, com a relação dos candidatos aptos a funcionarem como Juízes de Paz titulares e suplentes naquelas localidades, para presidirem as cerimônias de casamento, caso ainda não tenham apresentado, e encaminhá-las à Presidência do Tribunal de Justiça do Ceará para designação das pessoas indicadas, conforme os trâmites estabelecidos na decisão contida no Processo Adm/TJ nº 2007.007.9348-3, do Conselho Superior da Magistratura, de 4 de junho de 2007;

5. Verificar e apurar irregularidade nos recolhimentos das contribuições previdenciárias dos titulares dos Cartórios do 2º Ofício de Registro de Imóveis, Distrito de Amanari, Distrito de Tanques, Distrito de Jubaia, Distrito de Lages e Distrito de Sapupara, nos termos da legislação previdenciária e em conformidade com o art. 40, da Lei Federal nº 8935/94, considerando o exposto no Item 11 do Questionário de Inspeção;

6. Verificar e apurar a irregularidade verificada nos vínculos trabalhistas dos funcionários/substitutos dos Cartórios dos Distritos de Amanari, Jubaia, Itapebussu e Sapupara, bem como a falta do recolhimento das respectivas contribuições sociais, nos termos do art. 20, da Lei Federal nº 8935/94, c/c art. 31 do CNJR e com o art. 487, da Lei nº 12.342/94 (CODOJECE);

7. Verificar se os responsáveis pelas Serventias do 1º Ofício de Registro Civil, 2º Ofício de Registro de Imóveis, Distrito de Amanari, Distrito de Tanques e do Distrito de Itapebussu já confirmaram os cadastros das respectivas Delegações no Portal Extrajudicial - PEX, da CGJ, e no sistema Malote Digital do CNJ, nos termos do que dispõe o Provimento nº 10/2013-CGJ/CE, Provimento nº 11/2013-CGJ/CE e Provimento nº 25, da Corregedoria Nacional da Justiça, e se estão consultando regularmente os referidos sistemas;

8. Verificar se os responsáveis pelas Serventias do Distrito de Jubaia, Distrito de Lages e Distrito de Sapupara já confirmaram os cadastros das serventias no sistema **Malote Digital** do CNJ, nos termos do que dispõe o Provimento nº 11/2013-CGJ/CE e o Provimento nº 25 da Corregedoria Nacional da Justiça, e se os estão consultando regularmente;

9. Apurar a responsabilidade dos responsáveis pelos Cartórios do Distrito de Amanari, Jubaia, Lages e Sapupara, por não terem informado os dados sobre os atos praticados e sobre a arrecadação bruta dessas Serventias no sistema Justiça Aberta do CNJ, consoante o Provimento nº 24/2012, do CNJ;

10. Confirmar se os Livros de Registro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa dos Cartórios do Distrito de Lages e de Sapupara foram vistoriados por esse Juízo, nos moldes da determinação contida no Provimento nº 34/2013, de 09/07/2013, do CNJ;

11. Verificar se o titular do Cartório do 1º Ofício de Registro Civil, que também é o Oficial Distribuidor dos títulos e documentos para protestos, vem efetivando o devido cancelamento e baixa na distribuição dos títulos protestados e/ou levados a efeito, de sua competência, e os encaminhados através do 2º Ofício de Registro de Imóveis, como determina o art. 858, do CNJR, alterado pelo Prov. nº 01/2011/CGJ;

12. Verificar se os títulos e documentos protestados ou levados a efeito no Cartório do 2º Ofício estão sendo relacionados e encaminhados juntamente com os valores de emolumentos e das verbas do FERMOJU, ao Ofício Distribuidor, para fins dos procedimentos de baixa, nos termos do art. 858, do CNNR, alterado pelo Prov. nº 01/2011/CGJ;

13. Verificar se foram corrigidas as inconformidades e ou irregularidades verificadas nos registros dos livros das Serventias do 1º Ofício, 2º Ofício e Distrito de Sapupara, em atendimento às normas vigentes de escrituração e formação dos livros;

14. Apurar que, no Cartório do 2º Ofício, as averbações e alterações estatutárias ou contratuais dos registros de pessoas jurídicas não estavam sendo feitas nos registros primitivos, nos termos dos arts. 180 e 181 do CNNR;

15. Verificar e apurar a falta do titular do 2º Ofício, que não estava encaminhando a Relação de Aquisição de Imóveis Rurais por pessoas estrangeiras à Corregedoria-Geral da Justiça do Ceará e ao INCRA, na conformidade do art. 11, da Lei nº 5.709/71 e arts. 11 e 759, do Prov. nº 06/2010-CGJ, ainda que na forma de declaração negativa de movimento;

16. Verificar se foram recolhidas as verbas do FERMOJU pelos responsáveis dos Cartórios do 1º Ofício e do 2º Ofício, referentes aos atos praticados e evidenciados omissos de informação nos sistemas de controle do FERMOJU, conforme itens 178, dos respectivos questionários aplicados na inspeção;

17. Acompanhar e confirmar a regularização por parte dos responsáveis pelas serventias extrajudiciais das ocorrências apuradas na inspeção, e após as devidas providências, apresentar relatório a esta Corregedoria-Geral.

CONCLUSÃO

De acordo com as estatísticas fornecidas pelas Secretarias de Vara, a Comarca de Maranguape possuía, por ocasião da inspeção, acervo em torno de 8.900 processos.

Conforme relatório, planilhas e documentos, observando-se o quantitativo de processos existentes em cada uma das Unidades inspecionadas e analisando a sua tramitação, notadamente decorrente da especialização estabelecida e da insuficiência de servidores, seja em relação ao impulso oficial a cargo dos magistrados, seja pertinente ao cumprimento de expedientes de atribuição das respectivas secretarias de vara, tem-se como demonstrado que a prestação jurisdicional vem sendo desenvolvida dentro da razoabilidade.

No curso dos trabalhos foram ministradas orientações e recomendações aos Juízes e Juízas, Diretores e Diretoras de Secretaria e aos servidores em geral, acerca do cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, observando-se os atos normativos por este expedidos e os emanados da Corregedoria Nacional de Justiça e desta Casa Correcional.

Ao final das atividades correccionais restaram consignadas as seguintes recomendações:

À Secretaria da 1ª Vara: a) as causas vinculadas ao Estatuto do Idoso deverão ser identificadas adequadamente e tramitar mediante fluxo diferenciado, especialmente no que diz respeito ao cumprimento dos expedientes; b) a Unidade deverá aprimorar a aplicação do Manual de

Rotinas – Procedimento Cível Ordinário, em razão do seu caráter obrigatório, garantindo especial atenção à prática de atos ordinatórios pelo Diretor de Secretaria, o que permitirá maior impulso dos processos; c) deverá haver especial empenho da Unidade quanto a monitorar e buscar efetivar a Metas 1 de 2014, a qual não foi observada nos primeiros seis meses do ano; d) a Unidade deverá procurar priorizar as ações abrangidas pela Meta 2 de 2009 e de 2010/CNJ; Meta 4-ENASP/CNJ e Meta 4 de 2014/CNJ; e) a Secretaria deverá manter vigilância permanente para que haja compatibilidade dos acervos informados nos sistemas SPROC e SGEC e nas informações estatísticas do CNJ.

À Secretaria da 2ª Vara: a) as causas vinculadas ao Estatuto do Idoso deverão tramitar mediante fluxo diferenciado, especialmente no que diz respeito ao cumprimento dos expedientes, o que não ocorre atualmente; b) a Unidade deverá aprimorar a aplicação do Manual de Rotinas – Procedimento Cível Ordinário, em razão do seu caráter obrigatório, garantindo especial atenção à prática de atos ordinatórios pela Diretora de Secretaria, o que permitirá maior impulso dos processos; c) deverá haver especial empenho da Unidade quanto ao cumprimento das Metas 2 de 2009 e de 2010, do CNJ; d) a Secretaria deverá acompanhar os processos com vista/carga à Defensoria, ao Ministério Público, e aos advogados, que registrem prazos excedidos para manifestação; e) os processos de réus presos deverão ser impulsionados para que alcancem sua fase final; f) as cartas precatórias deverão receber uma atenção maior por parte da Secretaria, agilizando, assim, seu cumprimento.

Obs.: A Secretaria da 2ª Vara apresentou, por meio do Ofício nº 116/2014 (ANEXO VIII), informação sobre algumas das providências já adotadas pela Vara referentes às ocorrências constatadas por ocasião da inspeção.

À Secretaria da 3ª Vara: a) deverá haver especial empenho da Unidade quanto ao cumprimento das Metas Nacionais do Judiciário para 2014; b) deverá ser aperfeiçoado o controle das ações vinculadas ao Estatuto do Idoso, especialmente quanto à garantia da prioridade de sua tramitação; c) deverá haver maior empenho de todos os componentes da Vara no visio de emprestar maior celeridade aos feitos que lá tramitam.

Este é o relato que se submete à apreciação do Colendo Conselho Superior da Magistratura.

Publique-se.

Fortaleza, 2 de outubro de 2014

**Desembargador Francisco Sales Neto
Corregedor-Geral de Justiça**

**Joaquim Vieira Cavalcante Neto
Juiz Corregedor Auxiliar**

**João Everardo Matos Biermann
Juiz Corregedor Auxiliar**

**Marcelo Roseno de Oliveira
Juiz Corregedor Auxiliar**